

Mulheres chefes em famílias de núcleo duplo¹

José Eustáquio Diniz Alves²

Suzana Cavenaghi²

Resumo

O Brasil passou por grandes transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas décadas que possibilitaram mudanças na configuração dos arranjos familiares e avanços nos direitos de cidadania da população em geral e, em especial, das mulheres. As transições urbana e demográfica abriram espaços para alterações nas relações de gênero no seio das famílias e um grande aumento do percentual de mulheres chefes de família, que, segundo os censos demográficos, passou de 13% em 1970, para 15,6% em 1980, 18,1% em 1991 e 24,9% no ano 2000. No primeiro quinquênio do século XXI, enquanto o total de famílias brasileiras aumentou 39%, as famílias chefiadas por homens aumentaram somente 13%, e as famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos, aumentando 105% em 15 anos. Este crescimento se deu em todos os tipos de família. Porém, a grande novidade atual foi a redução do peso relativo das famílias monoparentais femininas e o aumento da chefia feminina nos arranjos de núcleo duplo (chefe e cônjuge), ou seja, casal com filhos e casal sem filhos. O objetivo deste artigo é estimar as chances de uma mulher ter sido declarada como chefe de casais, com ou sem filhos no domicílio. Para tal se ajusta um modelo de regressão logística binária, onde a variável dependente indica se a mulher era chefe da família (1) ou não (0), controlando pelas características (variáveis independentes) do/a chefe do domicílio, usando os dados da PNAD de 2015. Os resultados indicam que a chefia feminina tem maior chance de ocorrer com a maior educação e as maiores taxas de participação no mercado de trabalho das mulheres, mas também, e com muito maior força, quando passam muitas horas semanais em afazeres domésticos, ou seja, quando acumulam muito trabalho doméstico e de cuidados e também estão no mercado de trabalho remunerado.

Palavras-chave: Família; Mulheres chefes; Núcleo duplo; Gênero.

Introdução

O Brasil tem passado por muitas transformações nas últimas décadas. Com o aumento da urbanização, a maior complexidade da estrutura produtiva, a redemocratização política e as mudanças sociais e demográficas, o país viu crescer a pluralidade dos arranjos familiares e apresentou um enorme crescimento da quantidade de famílias "chefeidas" por mulheres (BERQUÓ, OLIVEIRA, 1990; BARROS, FOX, MENDONÇA, 1994; IBGE 2002). Embora o crescimento da chefia feminina, em parte, tenha ocorrido em decorrência de mudanças conceituais e na forma de coleta dos dados nas várias pesquisas domiciliares,

¹ Trabalho a ser apresentado no VIII Congresso da Associação Latino Americana de População, Puebla, México de 23 a 26 de outubro de 2018.

² Professores e pesquisadores da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

não há dúvida que ele representa um fenômeno social de maior absoluta relevância. De fato, a própria mudança na coleta da informação é devido às mudanças sociais em curso, visto que mesmo o termo "chefe", para designar a pessoa responsável pela família, tem sido criticado ao longo dos anos, seja esta uma "chefia" masculina ou feminina.

De modo geral, o termo "mulheres chefes de família" é visto como um fenômeno positivo em termos do empoderamento feminino dentro da família. Porém, este termo é mais complexo e retrata distintas situações dos arranjos familiares, nem sempre favoráveis a um maior padrão de vida das mulheres e de fato situações de empoderamento. Em muitas situações ser a pessoa responsável pela família, ou a pessoa de referência ou chefe da família pode envolver situações que são resultados de oportunidades e outras que são fatalidades, como bem colocado por Berquó e Cavenaghi (1998) com relação à pessoa que mora sozinha, mas pode ser estendido para outros tipos de famílias.

Existem diversos tipos de arranjos familiares em que se encontram as mulheres chefes de família, como casal sem filhos, casal com filhos (mulher, cônjuge, filhos e outras pessoas), monoparental feminino (mulher sem cônjuge e com filhos e/ou outras pessoas), arranjo unipessoal (mulher morando sozinha) e outras famílias (como grupos aparentados sem núcleo reprodutor e pessoas sem laço de parentesco marido-esposa ou pais-filhos).

Nos dois primeiros casos, geralmente famílias com o núcleo reprodutor presente, os homens predominam na chefia da família, mas o crescimento da chefia feminina foi muito grande nesses arranjos nas últimas décadas. Este crescimento da chefia feminina, em muitos casos ocorre em negociação com o marido/companheiro e reflete um reconhecimento da importância da mulher dentro da família nuclear. Em outros está relacionado a uma maior liberdade em responder sobre a chefia, sem seguir o senso comum refém do comportamento patriarcal histórico das famílias.

Desta forma, o objetivo neste trabalho é conhecer um pouco melhor quais são as características que diferenciam, ou de alguma forma, estão relacionados com uma maior chance das mulheres terem se declarado como chefes de família nas pesquisas domiciliares quando tinha um cônjuge ou companheiro que poderia ter sido declarado como chefe.

Antecedentes e o processo de despatriarcalização

A família é uma das principais instituições da sociedade. Em termos antropológicos, a família é formada a partir dos sistemas de parentesco e de aliança, pela combinação de quatro relações básicas: a) a relação de descendência, que ocorre na ligação entre os pais e os filhos b) a relação de consanguinidade, que se dá na ligação entre irmãos, primos, etc. c) a relação de afinidade, que se estabelece pela aliança matrimonial entre duas pessoas sem parentesco de primeiro grau, e d) a relação de dependência, que se estabelece entre a pessoa de referência e os agregados. Ou seja, a família se forma por meio dos laços de descendência, consanguinidade, casamento e aliança e dependência, ou da combinação de um, alguns ou todos estes aspectos (LÉVI-STRAUSS, 1982).

A família, em geral, assume diversas formas ao longo da história e em cada formação social específica. No caso do Brasil colonial, Gilberto Freyre (1994), em seu famoso livro,

Casa Grande & Senzala, publicado em 1933, descreve a família tradicional brasileira, como uma organização chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos, esposa e agregados (incluindo escravos no período escravocrata), constituindo uma família extensa, fortemente hierarquizada, católica e com uma clara diferença de gênero e uma divisão sexual do trabalho rígida, onde os homens eram provedores e as mulheres cuidadoras.

Evidentemente este “tipo ideal” não era exclusivo da formação social brasileira. Correa (1981) e Samara (2002) mostraram que ao longo da história brasileira existiam formas alternativas de estruturação familiar, além dos modelos hegemônicos das classes dominantes. De fato, o modelo hierarquizado e pouco democrático da família patriarcal também teve um grande impacto na organização social e política brasileira, influenciando o patrimonialismo, o clientelismo e o coronelismo. Mas o Brasil passou por grandes mudanças estruturais e institucionais ao longo do século XX. Assim, embora o patriarcado esteja na base da construção social da sociedade brasileira, as formas específicas de sua manifestação, evolução e transformação se deram em uma dinâmica própria e assumiram novas configurações influenciadas pela conformação macro da sociedade urbano-industrial.

O patriarcado é um sistema social no qual o homem (no papel de marido ou de pai) é o ator fundamental da organização social, e exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais. Historicamente, o patriarcado pode ser encontrado, com algumas diferenças de estilo, nas civilizações hebraica, grega, romana, indiana, chinesa, etc. Mesmo vindo de longe, o patriarcado teve uma profunda influência sobre a maioria dos aspectos da civilização moderna.

No patriarcado tradicional existe uma rígida divisão sexual do trabalho e uma grande segregação social, em geral, com as mulheres ficando confinadas ao mundo doméstico e os homens monopolizando o mundo público. O patriarcado, em termos materiais, possibilita ao homem o controle da propriedade, da renda, da sexualidade e o controle do trabalho e da mobilidade da mulher e o destino dos filhos.

A ausência de autonomia feminina, o desempoderamento da mulher é maior no sistema que, além de patriarcal, é também patrilocal e patrilinear. No sistema patrilocal a mulher recém-casada segue o marido, passando a morar no local onde ele mora, tendo a obrigação adicional de cuidar dos sogros. Ao casar, geralmente o marido exige um dote e busca romper os laços da esposa com sua família e comunidade de origem. Quanto mais segregada for a mulher casada, maior será o controle masculino sobre a vida e os frutos do trabalho da esposa e dos filhos.

O poder masculino sobre a esposa e filhos, no Brasil, foi legitimado, por exemplo, pelo Código civil, de 1916, que - inspirado no Direito Romano - identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados, tornando as esposas civilmente incapazes. Por meio desta legislação limitou-se o acesso das mulheres ao trabalho e à propriedade. Nesta época as mulheres brasileiras também não tinham direito de voto.

Em seus aspectos mais dogmáticos, o patriarcado é um sistema que vem perdendo espaço no mundo e tende a ser superado pelas novas dinâmicas familiares e sociais e por uma sociedade com maior igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como pela difusão de novas formas de família e de relacionamentos sexuais entre as pessoas (Alves, Correa, 2003).

O patriarcado está em declínio, pois ao longo do século XX, diversos acontecimentos históricos permitiram o avanço de um processo de despatriarcalização no mundo. Mas, assim mesmo, não é difícil encontrar, em maior ou menor grau, as suas marcas no dia a dia das pessoas e nas condições materiais e nas manifestações culturais dos diversos países da comunidade internacional. O desafio para o século XX é construir uma sociedade pós-patriarcal, com equidade de gênero, com liberdade de opção sexual e com igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Ao longo da história, não só no Brasil, predominava uma estrutura familiar controlada pelo poder patriarcal – do marido e/ou do pai – isto é, do cônjuge homem. Como mostrou Goran Therborn, durante o século XX, houve uma transformação dos três conjuntos de processos que configuram a instituição familiar: a relação dos direitos e poderes de pais e maridos, ou seja, do patriarcado, as vicissitudes do casamento e da parceria sexual e a trajetória transformada da fecundidade. A revolução sexual, as parcerias informais, a regulação da fecundidade e formas menos patriarcais de relacionamento familiar, inclusive a chefia feminina, cresceram em dimensões sem precedentes:

“A história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo. A primeira ruptura ocorreu nos anos 1910, mediante ampla reforma consensual na Escandinávia e violenta revolução na Rússia. O final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 proporcionaram outro importante degrau para baixo, nessa época centrado no Leste Asiático – no Japão, sob ocupação americana, e na China por meio da Revolução Comunista. A tomada comunista da Europa Oriental significou que os sinos lá também dobraram pelo patriarcado institucionalizado. Sem ser implementada em curto prazo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU assinalou importante vitória global e constitucional contra o patriarcado. Finalmente, os anos que se seguiram a ‘1968’, em particular os anos por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada”. (THERBORN, 2006, p. 430).

Na maior parte do século XX, a legislação brasileira referendava os chamados filhos ilegítimos que eram classificados como: naturais, espúrios, adulterinos e incestuosos. Somente com a Constituição é que todos os filhos – consanguíneos ou adotivos – passam efetivamente a ter os mesmos direitos. Da mesma forma, foram reconhecidas as uniões estáveis como uma forma de família, independentemente do casamento, e reconhecidos os direitos da chamada “concubina” e dos filhos desta união. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, garantiu uma série de direitos para as crianças, embora estes direitos ainda estejam longe de ser efetivados na prática cotidiana.

Legalmente, a esposa só deixou de ser tutelada pelo marido com a promulgação da Lei n. 4.121, de 1962, conhecida com o Estatuto da Mulher Casada. Mesmo assim, a Lei do divórcio só foi aprovada em 1977. O “Pátrio poder” (o poder do homem) na família só foi revogado com a Constituição, de 1988, que em seu artigo 226 estabelece a paridade de direitos e deveres entre cônjuges e, de ambos, em relação aos filhos. O novo Código Civil brasileiro, afinado com a Constituição, só entrou em vigor em janeiro de 2003.

Vê-se que a legislação mais igualitária de relacionamento de gênero e geração dentro da família ocorreu de maneira gradual ao longo do século XX. Na medida em que as mulheres foram conquistando avanços na educação e espaço no mercado de trabalho, o modelo

tradicional de família (marido ganha-pão e esposa cuidadora), marcado fortemente por uma rígida divisão sexual do trabalho, foi cedendo lugar a modelos de família com menores desigualdades de gênero e geração, embora uma situação de plena equidade ainda esteja longe de ser alcançada.

A antiga forma de organização da família patriarcal brasileira descrita por Gilberto Freire, como uma espécie de tipo ideal weberiana, vem sendo substituída por uma maior diversificação familiar e por formas menos desiguais de relacionamento entre homens e mulheres e entre pais e filhos. Mas a sociedade brasileira está somente no meio do caminho, pois se, no geral, as mulheres já não são mais submissas e os filhos não são aterrorizados, a pluralidade e a complexidade dos arranjos familiares ainda está distante da equidade na integração das tarefas da produção, reprodução e do cuidado.

O avanço do nível educacional das mulheres é um dos principais indicadores do processo de despatriarcalização. As mulheres tinham um nível educacional menor do que os homens e muitas restrições para entrar nas universidades, mas esta realidade começou a mudar e foi revertida como vimos no Capítulo 1. Até meados do século passado, os casamentos brasileiros eram hipergâmicos, já que as mulheres tendiam a se casar com homens com maior nível educacional, pois o hiato de gênero na educação favorecia ao sexo masculino. Mas no século XXI, os casamentos já estão se tornando hipogâmicos, uma vez que houve reversão do hiato de gênero na educação.

A hipergamia, neste caso, é o ato ou prática de buscar um cônjuge de maior nível educacional. A hipogamia se dá quando há um casamento com pessoa de posição educacional inferior. Na verdade os arranjos familiares no Brasil têm passado por grandes mudanças. Há um processo de transição da família patriarcal tradicional, para a família nuclear conjugal e para uma maior individuação. Por exemplo, cresce o número de mulheres solteiras e vivendo sozinhas em domicílios unipessoais, especialmente entre as camadas mais escolarizadas da população.

Artigo de Esteve e colegas (2012) mostra que no Brasil, nas coortes mais jovens, além da homogamia, os casais hipogâmicos já superaram os casais hipergâmicos e que cerca de 90% destas mudanças se deram em função das diferenças de gênero na obtenção de níveis educacionais superiores. Desta forma, não resta dúvida de que o fortalecimento das mulheres no sistema educacional contribui para um maior empoderamento feminino e é uma das forças que estão por trás do crescimento do percentual de mulheres chefes de família.

Analisando a composição dos arranjos domiciliares no Brasil, no período compreendido entre 1977 e 1998, Medeiros e Osório (2001) mostram que os três principais tipos de arranjos domiciliares existentes no Brasil no período eram: 1) a família única com arranjo nuclear (presença de um casal), 2) famílias uninucleares em que o núcleo é formado por uma mulher (monoparental feminino) e 3) pessoas morando sozinhas.

De fato o Brasil avançou na transição demográfica e na diversificação dos arranjos familiares e, em diversos aspectos, foi além das explicações tradicionais da teoria da modernização, acompanhando, em diversos aspectos, o que estava acontecendo na Europa (Alves, 2017). O fortalecimento feminino dentro da família e o crescimento do percentual de mulheres chefes de família nos arranjos familiares de núcleo duplo é uma grande novidade dos primeiros quinze anos do século XXI.

Metodologia e dados

A coleta de informações sobre chefia das famílias tem um histórico longo no Brasil. De maneira mais consistente e periódica, desde o Censo Demográfico de 1940, que é reconhecido como pioneiro e exemplar na sua metodologia, a lista dos membros dos domicílios era criada colocando-se o chefe do domicílio particular (ou família) como a primeira pessoa dessa lista. Os manuais de instrução daquela época já deixavam claro para os recenseadores que os dados deveriam ser coletados por famílias, mas que essas eram entendidas de forma diferente, e por isso, nos censos demográficos eram chamadas de "família censitária" (IBGE, 1950, p. 6).

Um histórico documental da produção de dados no Brasil sobre domicílios e famílias está disponível em Cavenaghi e Alves (2011). Entretanto é importante esclarecer que a família censitária é composta pelas pessoas que residem em domicílios particulares e que guardam entre si laços de sangue, conjugalidade ou normas de convivência doméstica. Para identificar as famílias, as pesquisas do IBGE incluem a informação sobre condição no domicílio, que identifica inicialmente o chefe e na sequência seu cônjuge, filhos, parentes, agregados e, por fim pensionistas e empregados com seus descendentes. A forma de listar estas pessoas no domicílio sempre teve um propósito meramente operacional, para fazer a contagem devida de todas as pessoas, sem excluir ou contar duplamente moradores, mas no início estava baseada em costumes da época, onde o chefe da família em um domicílio possivelmente era mais facilmente identificado sem reservas ou dúvidas.

A PNAD, que teve início em 1967 e com a coleta anual sem interrupções a partir de 1976 (exceto nos anos censitários), A fonte de dados selecionada para análise da chefia feminina deste estudo foi a PNAD de 2015 que a é última pesquisa com a metodologia adotada desde seu início.

O termo "chefe" foi utilizado até a pesquisa de 1990, ainda desde 1977 foram coletadas duas informações, sobre chefia/responsabilidade pelo domicílio e também pela família. Em 1992, a primeira pesquisa depois do censo da década, diferente desse que adotou a terminologia "pessoa responsável", a Pnad passou a adotar a terminologia "pessoa de referência". Esta foi utilizada até a última pesquisa da série sem nenhuma alteração, em 2015, mas a definição dessa terminologia pouco diferia daquela usada no censo ("*Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros*") e, portanto, também definida de maneira bastante abstrata.

Os conceitos foram mudando ao longo dos anos nos censos demográficos e a PNAD também, mas apresentou algumas características, diga-se mais conservadora que o censo demográfico e, em outras mais avançadas. Por exemplo, os manuais de instrução do início da década de 1970 explicitavam que quando existisse um casal, o homem deveria registrado como o chefe. Em outros alertava que a mulher não poderia ser chefe, como pode ser observado nos pedaços reproduzidos aqui:

O Chefe do domicílio, na maioria dos casos, é o cabeça do casal e principal arrimo da família. Havendo um casal, o marido será sempre o 'chefe'. Entretanto, nos casos em que o domicílio é constituído de um grupo de pessoas sem qualquer laço de parentesco, o chefe é a pessoa considerada como tal pelos demais membros do domicílio (IBGE, 1971, pp. 22-23).

A mulher não poderá ser considerada chefe quando o seu cônjuge for morador do domicílio. (IBGE, 1977, p.24).

Estas instruções refletem o comportamento de submissão da mulher no casal no início da década de 1970, em pleno regime militar, mas logo adiante, em 1977 a própria PNAD avança especificando que o chefe poderia ser o homem ou a mulher, a qual também aparecerá no Censo Demográfico de 1980 em diante. A PNAD também antecipa um avanço logo após o Censo de 1991, pois introduz o termo 'pessoa de referência' e não mais o termo "chefe". As mudanças ocorridas ao longo dos anos pode ser acompanhada no Quadro 1.

Vale ressaltar que a definição de chefe de domicílio informada na PNAD de 1971 deixa bastante claro qual é o conceito de chefe utilizado naquele momento, pois considerava que era o arrimo de família, que remetia à pessoa que tinha a maior responsabilidade econômica pelos demais membros, mas esta definição foi perdida ao longo do tempo. Nos dias atuais esta definição poderia causar muitos problemas na coleta da pesquisa, entre outros motivos pela alta participação das mulheres no mercado de trabalho.

Quadro 1

Formas de captar a informação sobre família e definição de chefia utilizadas nas PNADs, Brasil

Anos das pesquisas	Variável/quesito	Definição de chefe da família/domicílio
1976	Condição no domicílio	Chefe da família - a pessoa responsável pela família
1977, 1978	Condição no domicílio Condição na família	Chefe do domicílio - a pessoa responsável pelo domicílio Chefe da família - a pessoa responsável pela família
1979	Condição no domicílio Condição na família	Chefe do domicílio - a pessoa (o homem ou a mulher) responsável pelo domicílio Chefe da família - a pessoa (o homem ou a mulher) responsável pela família
1981 a 1990	Condição na unidade domiciliar Condição na família	Chefe - para morador (o homem ou a mulher) responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim for considerado pelas demais pessoas que ali residem
1992 a 2015	Condição na unidade domiciliar	Pessoa de referência - para a pessoa responsável pela unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores

	Condição na família	Idem anterior para responsável pela família
--	---------------------	---

Fonte: IBGE, Questionários e Manuais de Entrevista das PNADs (1976-2015), disponíveis em <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>.

Selecionou-se a PNAD para observar o perfil mais atual das mulheres chefes de família, com uma análise mais detalhada para o ano de 2015³. Como a PNAD tem as informações de chefia/responsabilidade tanto de famílias como de domicílios, para a análise mais completa sobre as famílias, neste trabalho optou-se por definir a chefia/responsabilidade pela família a partir da informação sobre relação de parentesco com a pessoa responsável pela família, sabendo-se que ao redor de 93% dos domicílios tem somente um arranjo doméstico e, portanto um/a chefe e nos demais, em um mesmo domicílio pode haver mais de um/a chefe de família.

Para estimar estas chances/probabilidades da mulher ser a chefe da família, ajustou-se um modelo que estima as chances de uma mulher ter sido declarada como chefe de casais, com ou sem filhos no domicílio, a partir de uma regressão logística binária, onde a variável dependente indica se a mulher era chefe da família (1) ou não (0), controlando pelas características (variáveis independentes) do/a chefe do domicílio. De uma maneira intuitiva, pode-se dizer que o modelo permite dizer (ou pressupor) se a mulher tem maior ou menor chance de ser chefe da família partir do conhecimento de atributos do chefe da família como idade, cor/raça, educação, mercado de trabalho e, ainda, sabendo quais as informações sobre a composição da família e localização geográfica do domicílio⁴.

É importante esclarecer algumas escolhas que foram feitas para viabilizar a análise. A primeira delas foi a seleção de casais heterossexuais. Ainda que na PNAD seja possível a declaração da pessoa de referência e cônjuge ser do mesmo sexo⁵, entre os casais homossexuais masculinos ou femininos a hipótese a ser testada teria vieses, visto que em cada família as duas pessoas (chefe e cônjuge) seriam do mesmo sexo. A segunda seleção foi incluir somente uma família por domicílio e no caso de existir mais de uma, foi selecionada a família principal (primeira listada nos microdados). Os casos não considerados na análise totalizaram 1,2 milhões de famílias, do total de 44,2 milhões de casais estimados na PNAD 2015, portanto, menos de 3% das famílias com núcleo duplo. Com relação às covariáveis investigadas, considerou-se que as pessoas que não trabalhavam tinham rendimento zero e não rendimento inexistente (não aplicável), como declarado na pesquisa.

³ A partir de 2012 o IBGE começou a coleta da PNAD contínua, que também coleta informações sobre a composição das famílias e sua chefia, mas por questões de comparação, optou-se por não apresentar os dados de 2016 que tem divulgação mais recente.

⁴ Importante esclarecer que não se compara os atributos das mulheres chefes e das cônjuges ou ainda a diferença nos atributos da pessoa de referência e seu cônjuge, mas sim a probabilidade da mulher (ou do homem por complemento) ser chefe comparando os atributos da pessoa que declarada como chefe da família.

⁵ Por se uma amostra bastante reduzida, de fato a PNAD não tem representatividade para análise de casais homossexuais.

Também, para melhor interpretação dos resultados do modelo, as variáveis contínuas foram colocadas em intervalos como, por exemplo, faixas de rendimento, idade, anos de estudo, etc. Os agrupamentos foram realizados com base em análise exploratória dos modelos univariados com a maior desagregação possível em cada variável.

Finalmente, vale registrar que o desenho amostral complexo da amostra foi considerado no modelo, visto que cada indivíduo da amostra não teve a mesma probabilidade de inclusão na pesquisa. A PNAD disponibiliza a informação sobre variável de estrato (cruzamento de variáveis de estratificação) e conglomerado (baseado no setor censitário) que são essenciais para esta modelagem, permitindo inferências estatísticas estimadas de forma mais corretas.

Resultados e discussão

As mudanças na chefia de famílias têm relação grande com o aumento dos domicílios onde mora somente uma pessoa e com a situação das famílias monoparentais, onde as mulheres ainda são aquelas que detêm a guarda dos filhos. Nos casos de famílias com núcleo duplo (casais), houve um aumento grande, apesar de ainda ser a minoria das famílias chefiadas por mulheres. Assim, busca-se conhecer um pouco melhor quais são as características que diferenciam, ou de alguma forma, estão relacionados com uma maior chance das mulheres terem se declarado como chefes de família nas pesquisas domiciliares quando tinha um cônjuge ou companheiro que poderia ter sido declarado como chefe.

Assim, foram selecionados somente os casais sem filhos e os casais com filhos, sejam eles chefiados por homens ou mulheres. Do total de famílias em 2015, esses representavam 62,0% do total de famílias, dos quais 22,5% somente eram chefiados por mulheres. O Gráfico 1 revela a distribuição da porcentagem de chefes nesses arranjos familiares segundo algumas características selecionadas, as quais podem indicar quais as variáveis mais associadas com a chefia feminina. Percebe-se que quanto maior a idade da pessoa maior porcentagem de chefes do sexo masculino (Painel A). O mesmo pode ser dito quanto ao total de horas, em todos os trabalhos, trabalhadas na semana, ou seja, quando o chefe trabalha muitas horas, a chefia masculina é quase universal (Gráfico 1, Painel C). Para o caso da educação em anos completos de estudo, verifica-se o contrário, o aumento da educação traz pequena vantagem para a declaração de chefia feminina (Gráfico 1, Painel B).

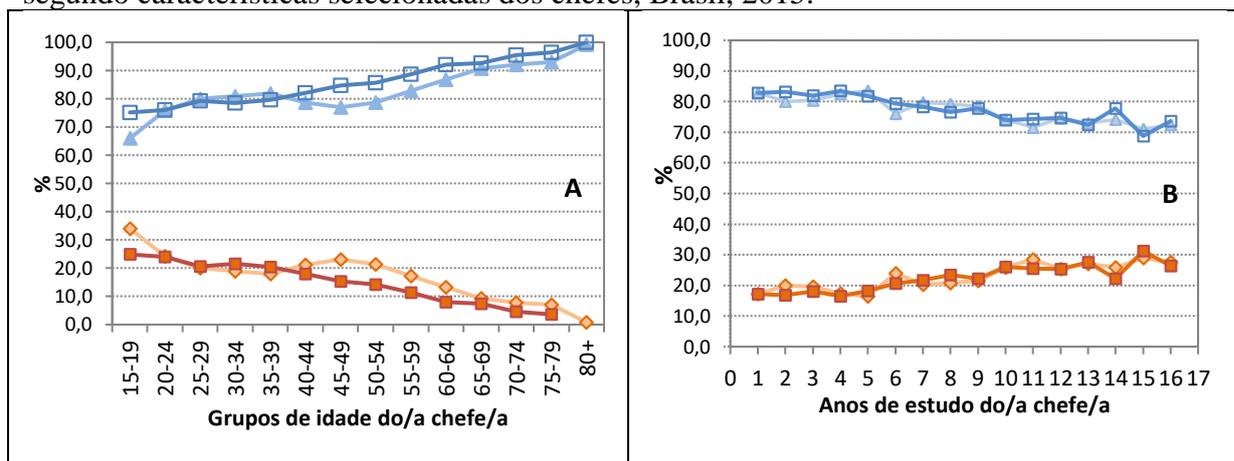
No caso do rendimento de todas as fontes (Painel D), vê-se claramente que este está relacionado com maior chefia feminina somente no primeiro grupo populacional, ou seja, entre chefes que recebem até 1/4 de salário mínimo (total de rendimento de todas as fontes, onde provavelmente o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, que coloca a mulher como responsável preferencial pelo benefício, está bastante presente). Com o aumento do rendimento essa maior chefia feminina, entre as mais pobres vai diminuindo, dando lugar à chefia masculina. No entanto, a partir de 2.5 salários mínimos o nível de rendimento já não faz diferença na porcentagem de homens ou mulheres chefes, com baixas porcentagens de chefes mulheres. Ainda, vale mencionar que em todas as

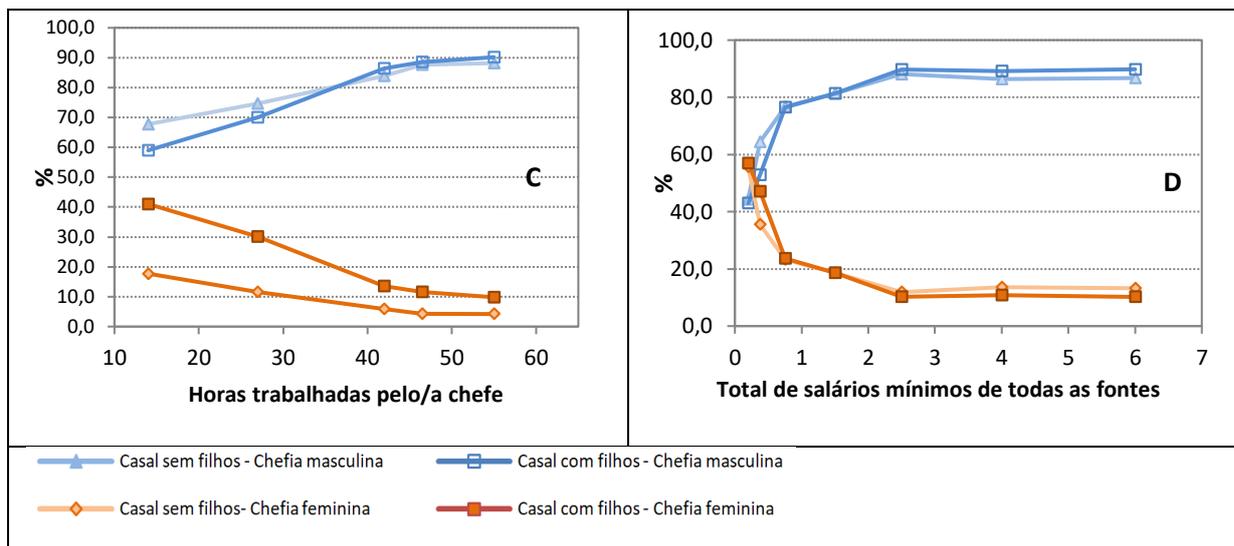
distribuições há pouca diferença para casal com ou sem filhos, exceto em relação ao comportamento quanto às horas trabalhadas para os casais sem filhos chefiados por mulheres que apresentam menores porcentagens de mulheres chefes comparadas com aquelas que têm filhos (Painel C, Gráfico 1).

Esta análise exploratória poderia ser realizada para uma grande lista de outras variáveis, no entanto, além do volume de dados que a inviabilizaria, deve-se chamar a atenção para o fato que esta análise não permite inferir sobre quanto cada variável está correlacionada com a chefia feminina e, ainda, como todas as características, de maneira multivariada, se comportam com relação à chefia ser feminina ou masculina entre os casais. Dito de outra forma, estes gráficos isoladamente não permitem responder sobre quais são as variáveis que mais afetaram a decisão da pessoa que respondeu à pesquisa entre escolher o homem ou a mulher para designar como chefe ou cônjuge no momento da coleta dos dados. Para explorar esta pergunta, a partir dos dados coletados não é tarefa fácil, pois muitos fatores podem influenciar esta escolha no momento da entrevista. No entanto, pode-se buscar algumas aproximações como, por exemplo, aquela que foi selecionada aqui, que busca considerar em conjunto as relações observadas no Gráfico 1 e incorporar outras covariáveis. Assim, busca-se identificar as variáveis que mudam a chance de uma mulher ser a chefe da família quando se conhece alguns atributos do chefe da família.

Gráfico 1

Chefia masculina e feminina (%) por tipos de família com núcleo reprodutor (casais), segundo características selecionadas dos chefes, Brasil, 2015.





Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

A Tabela 1 apresenta os resultados das estatísticas de qualidade do ajuste do modelo e a Tabela 2 as estatísticas de ajuste do modelo completo, considerando todas as covariáveis. No modelo, optou-se por mostrar a razão de chances, e não os coeficientes estimados, para melhor interpretação, adicionalmente mostra-se as estatísticas de Wald para cada covariável. A categoria de referência selecionada para cada covariável está indicada em estilo sublinhado.

Em modelos de regressão logística binária existem algumas formas de observar a qualidade do ajuste. A mais conhecida, por sua relação com o modelo de regressão linear, é uma aproximação do coeficiente de determinação (R^2), que indica a variação conjunta explicada no ajuste pelas covariáveis incluídas no modelo. Neste caso, o pseudo R^2 proposto por Cox & Snell indica que ao redor de 37% da variação é explicada pelo modelo. A mesma estatística, ajustada para o intervalo de 0-1 (pseudo R^2 de Nagelkerke) indica que mais de 55% da variação está descrita no modelo.

Tabela 1

Estatísticas de qualidade de ajuste do modelo logístico de chefia feminina em casais com ou sem filhos, segundo variáveis selecionadas, Brasil, 2015

Estatística		Estimativas		
-2 Log likelihood		44516,411 ^a		
Cox & Snell R^2		0,364		
Nagelkerke R^2		0,558		
Teste de Hosmer e Lemeshow		Chi-square 24,906	df 8,	Sig. 0,001
Tabela de Classificação ^b		Predito		Percentagem Correta
Observado		Chefe Mulher		
		Não	Sim	
Chefe mulher	Não	54.553	2.860	95,0
	Sim	61.61	10.148	62,2
Porcentagem global				87,6
n		60.174	13008	73.722

a. Estimação terminada na interação de número 6 decido ao parâmetro estimado mudar menor de 0,001.

b. Valor de corte foi 0,500

Apesar de grande parte da variação não ter sido explicada com as variáveis incluídas no modelo, em modelos comportamentais como este, onde a escolha de quem seria declarado como chefe pode variar enormemente por motivos não mensurados na pesquisa ou, por outra, por motivos muito difíceis de mensurar, é esperado que este valor não seja alto. Portanto, considerou-se que o modelo ajusta bem os dados. Adicionalmente foi realizada uma validação do modelo (não mostrada), com a seleção aleatória de 30% dos casos, que confirmou o bom ajuste do modelo.

Outra estatística, observada na Tabela 1, que permite conhecer melhor a qualidade do ajuste e determinar se as interpretações serão válidas é a classificação de pares, entre a informação observada e estimada, mostrada nos pares de classificação. Estes indicam que para o caso da mulher ser cônjuge (ou visto de outra forma, o chefe era um homem e não a mulher), em 95% das vezes o valor observado e o predito foram coincidentes. Para o caso da mulher ser chefe, em 62% das vezes o modelo estima bem o valor observado. Assim, em média, para todas as famílias o modelo permitiria acertar a pressuposição da mulher ser a chefe ou a cônjuge em 87,6% das vezes.

As estatísticas do modelo completo ajustado, Tabela 2, permitem interpretar de maneira conjunta, como cada variável está correlacionada com a probabilidade de ser chefe na presença de outras variáveis. A estatística de Wald, que permite verificar quais variáveis são as que mais estão correlacionadas com a chance da mulher ser a chefe da família, mostra que as variáveis analisadas individualmente são significativas, mas aquela que mais explica a variação nos dados, ou seja, a que mais diferencia as chefes das cônjuges, é o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos. De fato, em geral, a declaração de horas de afazeres domésticos é sempre maior para as mulheres do que para os homens, no entanto, tomando como base as mulheres que realizam somente até nove horas de trabalho doméstico semanal, aquelas que realizam de 10 a 20 horas têm 7,89 vezes mais chance de ser chefe de família, chegando até 80 vezes mais chance para aquelas que realizam mais de 46 horas de trabalho doméstico semanais do que aquelas com poucas horas. Este resultado parece indicar que nem sempre a declaração da chefia feminina está vinculada a maiores vantagens para as mulheres. Como a maior razão de chances de ser chefe também está vinculada com maior educação das mulheres e maior participação no mercado de trabalho, isto pode indicar que as mulheres que estão mais presentes tanto nas atividades domésticas como extra-domésticas são aquelas mais identificadas como chefes da família.

As horas trabalhadas no mercado de trabalho, no entanto, têm efeito contrário das horas em afazeres domésticos, pois as chances das mulheres serem chefe diminuem com o número de horas trabalhadas no mercado de trabalho. Elas têm quase duas vezes mais chance de ser a chefe (1,89) quando trabalham de 15-39 horas semanais, ou somente 9% se trabalham de 40-44 horas, comparadas com aquelas onde o chefe trabalha mais de 49 horas semanais em trabalho remunerado. Este fato parece ser contra-intuitivo, tomando como base os modelos de famílias patriarcais, onde o chefe seria, em geral, aquele que garante os recursos financeiros para a família. No entanto, o que se pode entender neste caso por

chefe de família não é aquele/a responsável pelos recursos, mas sim uma ideia de quem cuida da família no âmbito doméstico.

Como discutido na seção metodológica, a forma como os dados foram coletados não permitem afirmar qual a definição de pessoa responsável pela família foi considerada pela pessoa que respondeu a pesquisa, visto que somente se solicita que o informante selecione uma das pessoas da família que considera "Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros "(IBGE, s.d).

A situação de ocupação do chefe indica que trabalhar aumenta em 18% a chance da mulher ser a chefe comparada com aquelas que trabalham e são também aposentadas, pois a chance de ser chefe diminui com a idade e as aposentadas são mais idosas. No entanto, não trabalhar e nem estar aposentada diminui em mais de 50% a chance da mulher ser chefe de família. Também, com relação à idade de início de trabalho, quanto mais tarde começar a trabalhar maior a chance de ser chefe, indicando que aquelas que começaram a partir dos 25 anos de idade têm 10 vezes mais chance de ser chefe do que quando começam antes dos 15 anos. Este resultado pode estar relacionado com o fato que as mulheres mais educadas, que começam a trabalhar depois de terminar um curso superior, têm maior probabilidade de serem chefes, como aponta a covariável de educação, que mostra que aquelas com 11 ou mais anos completos de estudo têm o dobro de chance de serem chefes comparadas com chefes com até 3 anos de estudo completo.

Tabela 2

Estatísticas do modelo logístico de chefia feminina em casais com ou sem filhos, segundo variáveis selecionadas, Brasil, 2015

Características selecionadas	Razão de chances	95% I. C. para EXP(B)		Wald	Sig.
		Inferior	Superior		
Região				72,39	0,000
Norte	0,77	0,68	0,87	17,34	0,000
Nordeste	0,68	0,62	0,75	57,14	0,000
Sudeste	0,68	0,62	0,75	64,74	0,000
Sul	0,72	0,64	0,80	37,28	0,000
Centro-Oeste	1,00				
Urbano (ref. Rural)	1,70	1,57	1,85	163,75	0,000
Idade do chefe				175,72	0,000
até 29	1,00				
30-44	1,59	1,47	1,72	141,26	0,000
45-59	1,64	1,50	1,79	114,97	0,000
60+	1,94	1,73	2,18	121,93	0,000
Cor/raça do chefe				3,48	0,324
Indígenas/SD	1,27	0,90	1,81	1,84	0,174
Branca	0,98	0,90	1,07	0,21	0,644
Parda	0,96	0,88	1,04	0,90	0,344

Características selecionadas	Razão de 95% I. C. para EXP(B)			Wald	Sig.
Preta	1,00				
Educação do chefe				550,95	0,000
até 3 anos	1,00				
4-7 anos	1,11	1,03	1,21	6,86	0,009
8-10 anos	1,37	1,25	1,50	46,37	0,000
11 ou mais	2,27	2,09	2,47	378,86	0,000
Situação de ocupação do chefe				858,06	0,000
Trabalha e Aposentadoria/pensão	1,00				
Só trabalha	1,18	1,03	1,34	6,10	0,013
Só aposentado	0,09	0,08	0,12	516,46	0,000
Não trabalha e nem aposentado	0,46	0,38	0,57	55,58	0,000
Contribui para a previdência	1,49	1,39	1,61	110,06	0,000
Horas de trabalho do chefe				458,87	0,000
Não Trabalha	2,82	2,42	3,27	182,56	0,000
15-39 hs	1,95	1,75	2,16	157,08	0,000
40-44	1,09	0,99	1,19	3,11	0,078
45-48	0,83	0,74	0,94	9,01	0,003
49+	1,00				
Horas de afazeres domésticos do chefe				12.446,77	0,000
Até 9hs	1,00				
10-20	7,89	7,45	8,35	5054,65	0,000
21-30	22,74	21,20	24,39	7620,07	0,000
31-45	53,99	48,52	60,08	5354,10	0,000
46+	80,29	68,41	94,24	2878,90	0,000
Idade inicio de trabalho do chefe				1.598,48	0,000
até 14	1,00				
15-19	1,70	1,59	1,80	280,50	0,000
20-24	3,59	3,21	4,02	487,01	0,000
25+	10,78	8,77	13,24	513,60	0,000
Não Trabalha	6,95	6,13	7,89	905,86	0,000
Rendimento de todas as fontes em S.M.				1.130,83	0,000
até 1/4	3,90	3,40	4,46	386,17	0,000
1/4 a 1/2	7,84	6,60	9,31	552,16	0,000
1/2 a 1	4,63	4,01	5,33	447,64	0,000
1 a 2	2,56	2,32	2,82	358,34	0,000
2 a 3	1,11	0,99	1,24	3,18	0,074
3 a 5	1,13	1,01	1,27	4,25	0,039
5+	1,00				
Tem parentes/agregados na família	1,13	1,04	1,22	9,24	0,002
Tem mãe no domicílio	2,46	2,01	3,00	78,36	0,000
Tipo de família				108,84	0,000
Casal sem filhos	1,00				
Casal com filhos < 14	0,73	0,68	0,78	76,27	0,000
Casal com filhos >= 14	1,05	0,99	1,12	2,57	0,109
Casal com filhos < e > 14	0,99	0,91	1,09	0,02	0,883

Características selecionadas	Razão de 95% I. C. para EXP(B)			Wald	Sig.
Casado(a) (ref. Consensual)	1,80	1,71	1,90	477,60	0,000
Constante	0,00			2.210,32	0,000

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Com relação ao rendimento, foram investigadas as informações de rendimentos do trabalho e de todas as fontes. Como estas estão muito correlacionadas, optou-se por incluir no modelo somente o rendimento de todas as fontes, visto que esta inclui valores de benefícios, pensões e aposentadorias, muito importantes para várias famílias. Uma primeira observação a se fazer é que o rendimento não tem um comportamento linear, como de fato já era possível observar no Gráfico 4.1 (Painel D). Entre as mais pobres a chance de ser chefe de família é alta e vai diminuindo até o valor de dois salários mínimos, a partir de onde os riscos são parecidos com aquelas com rendimento de cinco ou mais salários mínimos, utilizada como categoria de referência. Após controlar todas as demais covariáveis, percebe-se que a maior chance para as mulheres serem chefe é para a categoria de 1/4 a 1/2 salário mínimo, com chance quase oito vezes maior, comparada à categoria que recebe cinco ou mais salários mínimos de todas as fontes de rendimento. Da mesma forma, contribuir para a previdência social aumenta a chance da mulher ser chefe em 49% comparada com quem não contribuía.

Com relação à composição das famílias e à conjugalidade foi averiguada a situação de presença de outros parentes e/ou agregados na família, a presença ou não de filhos, diferenciando entre aquelas com filhos maiores e/ou menores que 14 anos de idade e, ainda, se a mãe do chefe estava presente no domicílio. Ainda, se verificou se o tipo de união conjugal do casal mudava a chance das mulheres serem chefes. Os resultados indicam que ter família estendida, ou seja, ter parentes e/ou agregados morando com o casal aumenta pouco a chance da mulher ser chefe (13%), mas ter a mãe no domicílio multiplica a chance em duas vezes e meia. Também, estar casada, comparada com estar em união consensual, aumenta em 80% a chance da mulher ser a chefe de família. A presença de filhos na família diminui a chance da mulher ser chefe quando comparada a casais sem filhos, mas somente é estatisticamente significativa a comparação quando há somente filhos menores de 14 anos, muito provavelmente devido ao fato que famílias com filhos maiores de 14 anos a mulher é tem idade mais elevada, e a idade está positivamente associada à chefia feminina (mulheres acima de 30 anos de idade tem de 60% a 2 vezes mais chance de ser chefes do que as jovens até 29 anos de idade).

A grande diversidade do país poderia trazer chances bastante diferenciadas das famílias terem uma chefia feminina. Neste sentido, as informações sobre região de residência e situação de domicílio urbana ou rural podem ajudar a identificar situações de maior chance da mulher ser chefe da família. Os resultados do modelo indicam que tanto a região como situação do domicílio explicam pouco da variação dos dados de chefia. Entre as regiões, o Centro-Oeste, que se pode dizer na maioria das vezes representa uma média nacional, as mulheres têm mais chance de ser chefe, comparando esta com todas as demais regiões. Aquelas com as menores chances são o Nordeste e o Sudeste. Já com relação a situação do

domicílio, pode-se dizer que o esperado se confirma, pois em domicílios nas áreas urbanas as mulheres têm 70% mais chance de serem as chefes do que aqueles em áreas rurais.

Ainda, com relação à diversidade, se investigou se a cor ou raça do chefe identificava alguma mudança na chance da mulher ser chefe da família, dada a grande desigualdade social e cultural que, em geral, esta vinculada à esta característica da população. Conforme pode ser observado na Tabela 4.2, este atributo se mostrou estatisticamente não significativo, mas dada a relevância do resultado, optou-se por incluir esta variável no modelo final. Assim, pode-se afirmar que, segundo os dados da pesquisa em 2015, as mulheres brancas, pretas ou pardas tinham estatisticamente a mesma chance de serem chefes da família no país.

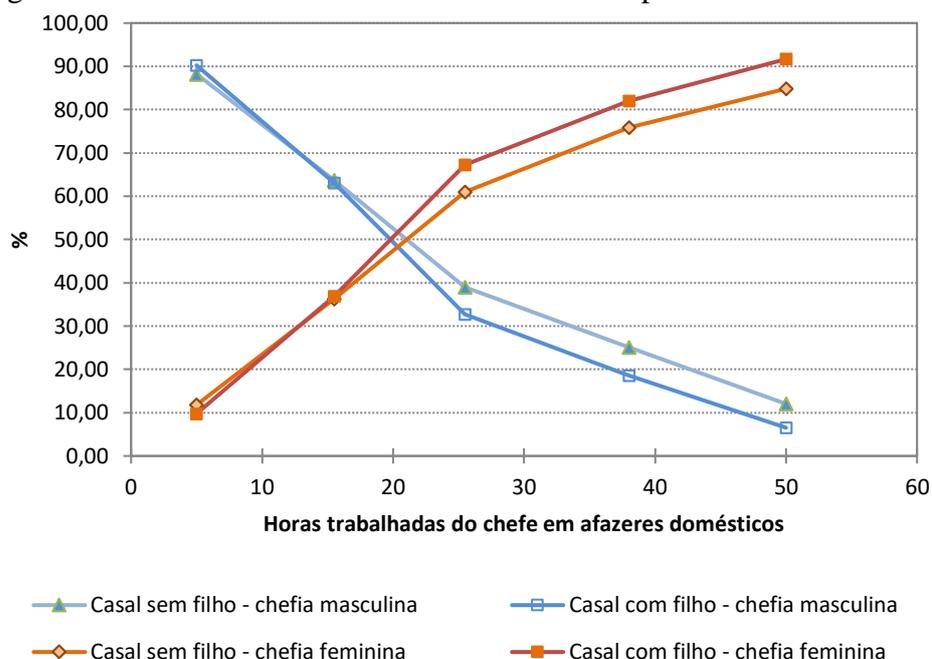
Resumidamente, pode-se dizer que a chefia feminina tem maior chance de ocorrer quando as mulheres passam muitas horas semanais em afazeres domésticos, quando participam das atividades produtivas, mas em trabalhos que não são em tempo integral, quando não começaram a trabalhar muito jovens, entre aquelas com menores rendimentos mensais, mas também entre as mais educadas. Portanto, pode-se dizer que a chefia feminina, em casais com ou sem filhos, pode estar associada com questões vinculadas ao um maior empoderamento das mulheres, mas ocorre em diferentes grupos populacionais.

A chefia feminina entre casais aumentou consideravelmente até 2015, mas ainda assim, em menos de um quarto das famílias com núcleo duplo a mulher foi considerada a chefe da família. Entre os fatores onde foi possível identificar mudanças nas chances da mulher ser a chefe, chama atenção a informação sobre afazeres domésticos. É amplamente conhecido que apesar de toda mudança nas relações de gênero e empoderamento das mulheres, com a entrada maciça dessas no mercado de trabalho, os afazeres domésticos e cuidados com a família, seja com os filhos ou com idosos, ainda é tarefa que recai sobre as mulheres. Pode-se dizer que a revolução de gênero levou as mulheres ao mercado de trabalho, no âmbito público, mas essa ainda não aconteceu no interior das famílias, no âmbito privado, pois não trouxe os homens para os cuidados domésticos (ESPING-ANDERSEN, 2009).

Os dados da PNAD permitem confirmar esta afirmação visto que ao redor de 45% dos homens que são chefes de casais declaram não executar nenhum afazer doméstico e quase 30% realiza somente até nove horas semanais. Por outro lado, somente ao redor de 1,5% dedicam mais de 30 horas semanais cuidando dessas atividades. Ao contrário, entre as mulheres que são chefes de casais, somente 4% declaram não realizar afazeres domésticos e quase 55% gastam mais de 21 horas semanais dedicadas às tarefas não remuneradas no domicílio. A porcentagem de chefia dos casais segundo as horas em afazeres domésticos segundo o sexo do chefe e tipo de família pode ser observada no Gráfico 2. Nota-se claramente a inversão para chefia feminina e masculina, onde o percentual de chefe mulheres está positivamente correlacionado com as horas em afazeres e o de homens negativamente relacionado.

Gráfico 2

Chefia masculina e feminina (%) por tipos de família com núcleo reprodutor (casais) segundo horas trabalhadas em afazeres domésticos pelos chefes das famílias, Brasil, 2015.



Fonte: IBGE, PNAD 2015.

Esta relação nos dados é o que explica porque esta variável é estatisticamente tão significativa na identificação da chefia feminina, pois apesar de somente menos de um quarto das mulheres terem a chefia em casais, estas acumulam as tarefas domésticas às demais, ainda que diminuam a média de afazeres quando participam do mercado de trabalho.

Considerações finais

O Brasil passou por grandes transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas décadas, deixando de ser uma sociedade essencialmente rural e agrária para se transformar em uma sociedade urbana, industrial e de serviços, com diversificação da estrutura produtiva e a abertura de novas oportunidades de trabalho e de aumento dos níveis de escolaridade, especialmente para o sexo feminino. Desde 1985, o Brasil vive o seu mais longo e profundo período democrático o que possibilita a participação cidadã e a criação de uma legislação voltada para a redução das desigualdades de gênero.

O Brasil teve, em seu alicerce constitutivo, uma forte influência do poder patriarcal que se manifestava na estrutura hierárquica e autoritária da família, nas vantagens e direitos legais usufruídos por pais e maridos, nos poderes masculinos vinculados ao casamento e na relação desigual da divisão sexual e social do trabalho. Mas embora seja fácil encontrar manifestações concretas do tradicional patriarcado, o poder masculino absoluto não é mais a regra e o país passa por um lento, mas continuado processo de despatriarcalização. Sem dúvida, a Constituição Federal, de 1988, é um marco da maior equidade de gênero e gerou

avanços nas leis complementares, nas leis ordinárias e nas resoluções expedidas pelo Poder Legislativo. Houve também ganhos inegáveis nas políticas públicas de proteção social que favoreceram uma maior igualdade, na prática, entre homens e mulheres.

Todas estas transformações afetaram e reconfiguraram os arranjos familiares no Brasil. As famílias compostas por casais (núcleo duplo) com filhos representavam cerca de dois terços do total de famílias brasileiras em 1980. Os casais sem filho eram o segundo maior arranjo (12,1%), seguido do monoparental feminino (11,5%) e dos arranjos unipessoais (5,8%). Entre 1980 e 2015, o arranjo casal com filhos perdeu a hegemonia e ficou abaixo de 50% do total de famílias, enquanto os demais arranjos familiares aumentaram e se diversificaram.

Neste processo, houve expansão no número e no percentual de mulheres chefes de família ao longo da segunda metade do século XX. Mas uma grande novidade dos últimos anos foi o aumento da chefia feminina nos arranjos de núcleo duplo (chefe e cônjuge), ou seja, casal com filhos e casal sem filhos, onde o percentual de chefias femininas passou de 9,8% em 2001, para 34,5% em 2015. A chefia nestes casos não é automática, mas depende de certo empoderamento econômico ou cultural, envolvendo um processo de negociação entre as duas pessoas que formam o casal, até a escolha do chefe ou responsável pelo domicílio.

O modelo multivariado apresentado estimou as chances da mulher ser a chefe da família quando conhecidas as características sociodemográficas e econômicas da pessoa responsável (ou chefe) da família, para o caso dos arranjos de núcleo duplo (casal com filhos e casal sem filho), confirmando o fato que o percentual da chefia feminina tem maior chance de ocorrer com a maior educação e as maiores taxas de participação no mercado de trabalho, mas também, e com muito maior força, quando passam muitas horas semanais em afazeres domésticos. Assim, poderia se dizer que a mulher precisa acumular mais capital social e familiar para ser denominada como chefe da família quando tem um parceiro presente no domicílio. Porém, no outro extremo, o modelo indicou que o percentual de chefia feminina também tem maior chance de ocorrer nos casos em que as mulheres possuem menores rendimentos oriundos de todas as fontes pessoais de renda, principalmente nos estratos mais baixos do rendimento total per capita, muito provavelmente resultado de um efeito do desenho do programa de transferência de renda que coloca a mulher como a responsável pelo recebimento do recurso.

Portanto, o grande crescimento da chefia feminina não se deve apenas aos fatores clássicos de empoderamento feminino – como a educação e o emprego – mas também aos indicadores de maior envolvimento com as responsabilidades domésticas. Fica claro que o aumento da chefia feminina não pode ser associada automaticamente com os processos de exclusão e vulnerabilidade social e muito menos à perspectiva da feminização da pobreza. Existe uma multiplicidade de causas individuais e sociais que se somam para reordenar a estrutura de poder no seio das famílias brasileiras.

Evidentemente, os instrumentos de coleta de dados precisam ser aperfeiçoados para captar melhor a questão da chefia ou responsabilidade familiar, que muitas vezes é compartilhada

por mais de um membro da família, como apontado no Censo Demográfico de 2010, mas, que por questões operacionais é preciso se definir a pessoa de referência e as relações de parentesco e convivência ao seu redor. Conhecer melhor a pessoa indicada para a referência (número 1 do questionário) é um desafio que o IBGE e os institutos de pesquisa precisam investigar para permitir análises mais adequadas sobre este fenômeno que está em transformação em nossa sociedade.

No longo prazo, as mulheres brasileiras estão reduzindo ou até revertendo as desigualdades de gênero. Quer seja por oportunidades, fatalidades ou conveniências diversas, o fato é que tem crescido a chefia feminina e há uma tendência para maior equidade de gênero entre os arranjos familiares brasileiros, embora uma justa equidade entre homens e mulheres ainda seja uma meta a ser conquistada em um futuro que se espera não muito distante.

Referências bibliográficas

ALVES, JED. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016 p. 629-638

ALVES, JED., CORRÊA, S. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. *Revista Brasileira de Estudos da População*. v.20, n.2, p.129 - 156, 2003

BARROS, R. P. ; FOX, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: **Seminário Nacional Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho**, 2. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, p.79-85

BERQUÓ, E., CAVENAGHI, S.M. Oportunidades e Fatalidades: Um Estudo Demográfico das Pessoas que Moram Sozinhas, *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*, Olinda/PE. 1:165-189, 1988.

BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M. C. Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Vértice/ANPOCS, p.30-64, 1990.

CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. E. D. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población**. Santiago de Chile, N.92, p.15 - 45, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. *The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles*. Cambridge: Polity Press, 2009.

ESTEVE, A.; GARCÍA-ROMÁN, J.; PERMANYER, I.. The Gender-Gap Reversal in Education and Its Effect on Union Formation: The End of Hypergamy? *Population and Development Review* 38(3) : 535–546 (Set. 2012).

IBGE. **Censo Demográfico: Instruções ao Recenseador**. Recenseamento Geral de 1950. IBGE, 1950.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: instruções da FDR - fôlha de registro de domicílios e PNAD - 1 mão-de-obra, IBGE, Rio de Janeiro, p. 137, 1971.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0246.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

IBGE. Manual do Entrevistador PNAD 3.01. IBGE, Rio de Janeiro, 1977.

IBGE. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015**. Notas Metodológicas (s.d.). Disponível em

<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/Metodologia_20170517.zip>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LEVY STRAUSS, C.. As estruturas elementares do parentesco. Ed. Vozes, RJ, 1982.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. IPEA, **Texto para Discussão**, n. 788, Brasília, 2001.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo, Contexto, 2006.